

O TURISMO COMO FATOR DE INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL¹

Adília Rita Cabral²

Andreia Filipa Antunes Moura³

DOI: 10.30827/dreh.v0i11.6819

Abstract: The development of tourism in recent years has shown, in the most diverse "geographies", that it is an economic activity, which has been recognized as a real instrument of development and influence of other activity sectors.

When generating wealth and opportunities for social mobility, the tourism phenomenon is, nowadays, also regarded as one of the most balanced ways to fight poverty, not only by including local communities in economic activities, but also by enhancing different policies and tourism for all programs. Therefore, any analysis of tourism should consider its impacts on the destination, on society - in the regions of origin - and on tourists.

In order to present a new vision of tourism within a social conceptual framework and connected with a sustainable development background for local communities, the analysis presented in this paper emphasizes the important role of tourism as an inclusion and social cohesion factor.

Keywords: Social tourism; sustainability; inclusion; local development

Resumo: O desenvolvimento do turismo tem demonstrado, nas mais diversas "geografias", que estamos perante uma atividade económica por excelência, que se tem afirmado como um instrumento de *desenvolvimento e alavancagem* dos diferentes setores de atividade.

Ao gerar riqueza e oportunidades de mobilidade social, o fenómeno turístico é hoje olhado também como uma forma equilibrada de combater a pobreza, quer através da inclusão das comunidades locais nas atividades económicas, quer pela aplicação de diferentes políticas e programas turísticos acessíveis a todos. Assim, a análise da atividade turística deve considerar que o turismo tem impactes sobre o destino, sobre a sociedade – nas regiões de origem – e sobre os turistas.

Com o propósito de apresentar uma nova visão da atividade turística e um encadeamento conceptual ligado ao turismo social e à sua importância no desenvolvimento sustentado das comunidades, a análise aqui apresentada enfatizará o papel do turismo como fator de inclusão e coesão social.

Palavras-chave: Turismo Social; sustentabilidade; inclusão; desenvolvimento local

Introdução

Historicamente, a população com necessidades especiais em termos sociais, que se pode agrupar em 4 grandes grupos: famílias carenciadas, jovens, idosos e pessoas com incapacidade, tem vindo a enfrentar muitas representações e construções

coletivas, baseadas em crenças e superstições sem fundamento, que originaram atitudes e atos discriminatórios. É, por isso, que a pertença a qualquer um destes grupos tem consequências severas para os indivíduos em sociedade, nomeadamente ao nível individual, no que diz respeito ao seu bem-estar global e qualidade de vida; ao nível económico, no que concerne a oportunidades de emprego, saída prematura do mercado de trabalho e desvantagens salariais; ao nível social, relativamente ao estigma e à marginalização a que estão sujeitos; e ainda ao nível político, em termos de direitos, oportunidades e discriminação (Gignac & Cott, 1998).

Atualmente, as sociedades contemporâneas mundiais vivem situações económicas delicadas em que as restrições orçamentais ditam as orientações políticas, designadamente ao nível da distribuição e organização de fundos públicos para políticas ou programas sociais. Neste contexto, vivem-se tempos de austeridade em que se assiste a uma diminuição avassaladora dos rendimentos disponíveis dos indivíduos que culminam, por sua vez, em situações de grande desigualdade social, despoletando outras preocupações relevantes no âmbito da pobreza extrema e da exclusão social.

A crise económico-financeira de 2008 influenciou ativamente as sociedades europeias e portuguesas, infligindo desigualdades sociais e novos paradigmas de pobreza e exclusão social (Lima, 2011). Hoje em dia, pobreza e exclusão social não são apenas sinónimos de baixos rendimentos, sendo que Saunders e Adelman (2006) sublinham que os rendimentos dos indivíduos não são condição suficiente para definir pobreza e Roosa, Deng, Nair & Burrell (2005) ressaltam que se nos países em vias de desenvolvimento o enfoque estará no conceito de pobreza que abrange a fome, a falta de água potável e condições precárias de saúde e habitação, em ditos países desenvolvidos estas questões, à partida, serão menos colocadas, assumindo-se como questão central a exclusão social.

Recentemente, a Standard & Poor's (2014), através do seu relatório anual, alertou para o impacto negativo das desigualdades sociais no processo de crescimento económico. Daí que, paradoxalmente, a economia europeia tenha vindo a dar mostras de recuperação em termos económicos e a registar mudanças notáveis, começando-se a assistir à retoma de discussões públicas em torno da inclusão social e da diminuição das desigualdades como instrumentos de competitividade entre países (Lima, 2015).

Simultaneamente, os indivíduos com carências sociais têm vindo a ser progressivamente estudados, tendo-se verificado impactantes avanços médicos, técnico-científicos e evoluções sociais, que têm vindo a melhorar a sua qualidade de vida e a facultar oportunidades em vários quadrantes da sociedade. Neste contexto, tem-se assistido a ações de sensibilização e consciencialização desencadeadas por políticos, legisladores e investigadores sociais, apelando à abertura de mentalidades, reconhecendo-se que este conceito não é suscetível de continuar a considerar-se numa perspetiva estritamente individual (Barnes e Mercer, 2003 cit in CRPG, 2007).

De acordo com Dixon (2007), qualquer comunidade tem o dever de permitir e promover o acesso das famílias carenciadas, dos jovens, dos idosos ou das pessoas com incapacidade à participação ativa em sociedade, de forma justa e igualitária, tendo como base a abordagem globalizante dos direitos humanos. Assim, nos últimos anos, a defesa dos direitos humanos e do valor da pessoa, o respeito pela diferença e diversidade, o combate à discriminação, a crescente consciencialização social e a gradual responsabilização política, são aspetos afincadamente defendidos e fomentados por diversas organizações internacionais. Estas iniciativas culminaram num movimento social amplo e vigoroso que abrange cada vez mais países, conduzindo a inovadoras e profundas alterações societais (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006).

Prova disso é o Portugal 2020 (programa de distribuição de fundos estruturais europeus para o período 2014-2020 em Portugal), que estabelece como eixos prioritários a inclusão social e emprego e ainda o capital humano, não esquecendo a iniciativa “Portugal Inovação Social” que tem como finalidade desenvolver medidas e soluções para o combate aos problemas sociais do presente (Conselho de Ministros, 2014).

Ora, é nesta conjuntura que surgem novas formas de encarar os grupos socialmente deficitários, efetivando-se uma evolução conceptual e a introdução de uma nova perspetiva e mecanismos de ação social, nomeadamente por meio da atividade turística, tal como se pretende esclarecer ao longo deste artigo. Portanto, com base numa aprofundada revisão bibliográfica, estudam-se, em seguida, os impactes do turismo sobre os destinos, sociedade e turistas numa perspetiva social, já que a compreensão de um espaço ou um território (destino) poderá ser um agente ativo na modelação da experiência turística, tornando-se um centro de

compreensão, partilha e atividade social (Nossa, 2008), realizando-se depois um breve enquadramento da aplicabilidade da inovação social ao turismo, passando-se, por fim, à análise do novo paradigma de formação em turismo face aos novos desafios colocados ao setor e aqui explicitados, bem como ao posicionamento do turismo como fator de inclusão e coesão social.

Impactes do turismo sobre os destinos, sociedade e turistas

O impacto do turismo sobre os destinos turísticos tem sido amplamente estudado nos últimos anos, sabendo-se que este resulta da interação ativa entre os diversos intervenientes do sistema turístico, simplificados: turistas, comunidade local e ambiente (político, social, económico e natural) (Mathieson & Wall, 1990). Desta forma, compreende-se que os efeitos do turismo nos territórios são positivos e negativos influenciando várias dimensões, especificamente as dimensões económica, ambiental e sócio-cultural (Mathieson & Wall, 1990).

A dimensão económica reflete os impactes que o turismo gera ao nível da economia do destino turístico, a dimensão ambiental os efeitos do turismo no meio ambiente desse território, ou seja, aqueles que são exercidos sobre os seus recursos naturais, e, por último, a dimensão sócio-cultural, retrata os efeitos do turismo sobre a população local que, por seu turno, resultam da interação direta ou indireta com os visitantes/turistas.

Inevitavelmente e considerando a evolução do sector turístico, considera-se fundamental estudar aprofundadamente o impacto do turismo nos destinos tendo em vista um planeamento e desenvolvimento turísticos dos territórios de forma mais adequada, sustentável e integrada. No entanto, para que isso seja possível e considerando o enfoque do presente trabalho, é essencial alargar o conhecimento e sensibilidade(s) de planeadores e profissionais de turismo acerca dos impactes da sua atividade na sociedade e nos turistas.

Neste sentido, constata-se que desde a década de 90 têm surgido estudos que defendem o acesso a férias fora dos ambientes habituais dos indivíduos como forma de evolução pessoal e coesão social (Lima, 2015; Minnaert, Maitland & Miller, 2009, 2011; Smith & Hughes, 1999). Os mesmos autores sublinham ainda que a prática turística permite o desenvolvimento da personalidade e da integração social. Ora, tendo estes impactes do turismo como pano de fundo, é possível concluir que turismo deve ser uma atividade ao

alcance de todos, cabendo aos agentes da oferta garantir a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos, independentemente da sua condição social.

Os benefícios da atividade turística são, portanto, evidentes e têm vindo a ser comprovados através de vários estudos, podendo incidir sobre as sociedades, os destinos e os seus visitantes. Neste âmbito, interessa sublinhar a importância dos benefícios para as sociedades ou comunidades locais e visitantes. Deste modo, benefícios como descanso do trabalho; novas experiências; alargamento de horizontes; oportunidade de aprendizagem; contacto com outras culturas; promoção da tolerância intercultural; desenvolvimento pessoal e social; visita a familiares e amigos; promoção da saúde física e mental; e, finalmente, a melhoria global do bem-estar e da qualidade de vida são referidos por vários autores (Gilbert & Abdullah, 2004; Przeclawski, 1995; Shaw & Coles, 2004). Por sua vez, sendo o turismo uma atividade que implica interação e participação em vários domínios da vida social, verifica-se que também poderá trazer efeitos positivos significativos ao nível da inclusão de indivíduos carenciados socialmente e, conseqüentemente, contribuir para a coesão social das sociedades acolhedoras.

O turismo assume-se, assim, como uma forma de supressão de constrangimentos sociais e como meio de estimulação do prazer da descoberta e do convívio, concretizando desejos, necessidades e expectativas. Desta maneira, os indivíduos poderão não estar conscientes dos resultados do seu envolvimento no turismo para além de se “sentirem bem”, no entanto, a longo prazo, os seus efeitos são notórios a nível físico, mental, social, espiritual ou estético (Henderson & Bialeschki, 2005), o que derivará em aumentos significativos da auto e inter confiança, do desenvolvimento pessoal e social e da comunicação interpessoal (Goodwin, Peco & Ginther, 2009; Hood & Carruthers, 2007; Lobożewicz, 1995; Loeffler, 2004; Przeclawski, 1995). Sublinha-se o facto destes benefícios não se limitarem ao momento de realização das atividades turísticas, mas de se prolongarem no tempo, culminando num aumento efetivo do bem-estar geral dos indivíduos, ou seja, da sua qualidade de vida percebida (Anderson, Schleien, McAvoy, Lais, & Seligmann, 1997; Goodwin et al., 2009; Hood & Carruthers, 2007).

Verificando-se que qualquer experiência turística é uma constelação de pequenos momentos e emoções, individuais e

coletivas, que vão construindo uma impressão e, conseqüentemente, uma memória. Realça-se que os impactos do turismo são múltiplos, marcantes e que facilmente se extravasam a todos os grupos ou estratos sociais. Daí que o turismo seja reconhecido como uma atividade que provoca efeitos positivos nas sociedades promovendo melhorias ao nível do acesso e da divulgação da informação; da cooperação entre os vários stakeholders locais e ainda da socialização e tolerância, fomentada através do contato e interação entre residentes e visitantes. Por último, o desenvolvimento de um turismo para todos ou turismo social resulta em vantagens diferenciadoras e altamente competitivas para os destinos turísticos, na medida em que este mercado apresenta uma dimensão potencial atrativa e ainda inexplorada, o que culminará num aumento significativo de benefícios económicos, diretos e indiretos para os destinos turísticos. De acordo com Nossa (2008) há, cada vez mais, a necessidade de compreender a dialética produtiva e inovadora entre o espaço e as demais ciências, interpretando as suas implicações ao nível político, social e da saúde, urgindo abordagens investigativas mais humanistas e integradoras, tal como se pretende fazer ao longo do próximo ponto.

Inovação social e turismo

O turismo social reveste-se de grande atualidade e pertinência devido às atuais tendências de responsabilidade social, mas também por razões de sustentabilidade económica, senão vejamos:

- i) A população mundial de 7,2 bilhões de pessoas chegará a 9,6 bilhões em 2050 (ONU, 2011);
- ii) Alteração das taxas de fecundidade nas próximas décadas trará conseqüências para o tamanho, a estrutura e a distribuição da população a longo prazo (ONU, 2011).
- iii) Cerca de 15% da população em todo o mundo apresenta algum tipo de incapacidade, prevendo-se que este número duplique até 2030 (Organização Mundial de Saúde, 2011).
- iv) Aumento da geração de Baby Boomers a caminho da reforma. Com a entrada no novo milénio, mais de 50 milhões de adultos encontrar-se-ão reformados e com tempo livre para viajar (Gladwell & Bedini, 2004).

Deste modo, sabendo que as desigualdades sociais se poderão acentuar a longo prazo e com o objetivo de repensar e adequar a oferta turística a estes novos desafios, há que

compreender e estudar afincadamente a oportunidade de aliar inovação social e turismo, ou seja, de desenvolvimento do turismo social.

O turismo social surge, então, como uma possibilidade de proporcionar experiências turísticas significativas a sujeitos que, por algum motivo, tenham sido excluídos socialmente ou que apresentem algum tipo de fragilidade em termos sociais. Neste âmbito e tal como já referido, poderemos incluir quatro grandes grupos sociais: os jovens, as famílias carenciadas, os idosos e as pessoas com incapacidade. Simultaneamente, é importante referir que este conceito é bastante recente, associando-se o seu aparecimento ao pós II Guerra Mundial, provavelmente, relacionado com as alterações familiares ocorridas (famílias monoparentais por exemplo) e com o aumento da população com incapacidade (soldados sobreviventes com algum tipo de incapacidade, por exemplo).

Assim, e ao longo dos tempos, diversas organizações e associações reuniram esforços para promover experiências turísticas, na medida em que se foi verificando que o turismo se tornou, cada vez mais, uma dimensão da vida social contemporânea e da qualidade de vida dos indivíduos das sociedades atuais (Lima, 2010).

Ora, a inovação introduzida pelo conceito de turismo social é que este novo formato integrativo se desenvolva num contexto de interrelação entre os diversos atores intervenientes na atividade turística envolvendo a participação de grupos populacionais desfavorecidos (Minnaert et al., 2009). Desta forma, o Comité Económico e Social Europeu (EESC, 2006) defeniu alguns critérios para o seu desenvolvimento, a saber:

1. Os **participantes** nas atividades de turismo social, são aqueles com menores oportunidades de exercer o seu direito à participação turística.

2. Os **promotores** de atividades de turismo social são entidades que minimizam os obstáculos à participação turística de indivíduos de grupos sociais desfavorecidos.

3. As **atividades** ou ações de turismo social envolvem e promovem valores de sustentabilidade, acessibilidade e solidariedade.

Tal como se pode constatar, o turismo social implica a cooperação e coordenação entre todos os *stakeholders* dos destinos turísticos em torno de novas e imaginativas soluções de integração

e inclusão social, fomentando, inequivocamente, a inovação social. Neste contexto, o turismo social, tal como o turismo sustentável, não se deverá assumir como uma tipologia turística, mas sim como uma filosofia ou modelo de gestão que vá ao encontro da promoção e maximização de benefícios de todos os públicos, especialmente, daqueles mais desfavorecidos socialmente, ou seja, dos jovens, das famílias com baixos rendimentos, dos idosos e das pessoas com incapacidade, proporcionando oportunidades de viagem e participação ativa em atividades de lazer acessíveis, facilitando o seu desenvolvimento pessoal e social.

É certo que num sentido restrito se poderá definir turismo social como o conjunto de efeitos e fenómenos resultante da participação turística em franjas populacionais de rendimentos menos elevados e/ ou desfavorecidos (ISTO, 2016), mas compreende-se, simultaneamente, que o conceito seja mais lato, podendo vir a tornar-se numa importante ferramenta de desenvolvimento social, já que «...*aparece na tentativa de caminhar no sentido da igualdade de acesso à atividade turística, integrando, inevitavelmente, objetivos relacionados com o combate à exclusão social e à pobreza e correspondendo aos objetivos das políticas sociais de inclusão e promoção da qualidade de vida, através do acesso a uma dimensão da vida atual em sociedade...*» Lima (2015: 56).

Os programas e/ ou atividades turísticas de cariz social exigem, portanto, abordagens holísticas e interativas que respondam às novas necessidades do mercado, numa perspetiva integradora das dimensões económica, social e ambiental. Nesta linha de pensamento, reconhece-se a dinamização esporádica e intermitente de iniciativas deste âmbito, designadamente em Portugal, tais como os programas desenvolvidos pela Fundação INATEL, APPACDM (Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) ou IPJ (Instituto Português da Juventude). No entanto, enfatiza-se a carência de continuidade ou seguimento destas ações, no sentido de compreender melhor a intensidade dos impactes e benefícios do turismo a longo prazo, quer para os participantes, quer para os destinos turísticos.

Desta maneira, revela-se fundamental dar maior relevo à investigação nesta área do conhecimento, corroborando a necessidade de se utilizarem diferentes abordagens para se combater a exclusão social e a pobreza, permitindo apurar alternativas de inserção social em vez de subsidiação e de

participação social ativa em vez de submissão de subsistência passiva (Sousa, Hespanha, Rodrigues & Grilo, 2007).

Em suma, o contexto social das sociedades atuais exige medidas inovadoras de inclusão e coesão social que provoquem a alteração de mentalidades e comportamentos que rompam com o ciclo vicioso de empobrecimento dos grupos sociais mais desfavorecidos, sendo que o turismo social poderá apresentar-se como um instrumento eficaz de socialização e de combate à exclusão social, através da interação entre comunidades locais e visitantes, e ainda, de fomento da cooperação entre os diversos atores intervenientes (públicos e privados), promovendo a eficiência das políticas sociais, tal como se discutirá mais pormenorizadamente no ponto seguinte.

Contributo do turismo como fator de inclusão e coesão social

Hoje em dia, apesar de todos os avanços tecnológicos e sociais que se têm testemunhado, é ainda possível identificar percepções pseudo-sociais dos grupos menos favorecidos, sendo estas, provavelmente, as mais triviais e talvez as mais perigosas das óticas (Dixon, 2007). Segundo esta perspetiva, a sociedade reconhece a existência de grupos desfavorecidos ou socialmente mais frágeis, concebe que esta população tem necessidades especiais e encarrega-se de tomar medidas para colmatar essas necessidades, comprometendo-se a contribuir para a melhoria das suas condições de vida. Todavia, o compromisso assumido só é válido num sistema social paralelo, ou seja, os valores de inclusão e igualdade social são ignorados. Deste modo, persistem problemas associados à discriminação de minorias, não só ao nível cultural e social, mas também ao nível económico e político (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006).

Para combater estes constrangimentos, as Nações Unidas fundaram o princípio da igualdade para todos, afirmando a dignidade e o valor de todos os seres humanos, promovendo, primariamente, a justiça social. Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, destaca-se o artigo 25.º que assegura o direito a segurança e proteção no caso de desemprego, doença, incapacidade, viuvez, envelhecimento ou outras circunstâncias fora do controlo do indivíduo (UNESCO, 1998).

Ora, impulsionar o *empowerment* e a participação social dos indivíduos socialmente carenciados é essencial para a sua harmonia, saúde, bem-estar e qualidade de vida, sendo que todos

os membros da sociedade devem ter a oportunidade de exercer o direito e a responsabilidade de tomar um papel ativo nos assuntos da comunidade em que vivem (United Nations, 1996), em particular nos seus tempos livres e, concretamente, no turismo.

Minnaert et al. (2009) comprovaram a importância das férias para os indivíduos economicamente carenciados ao nível do contacto e participação social, apurando alterações positivas nos seus comportamentos e postura face aos problemas (cf. Figura 1). Assim, será legítimo concluir que a atividade turística poderá contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos que nela participam, alterando comportamentos e posturas que perduram a exclusão social.

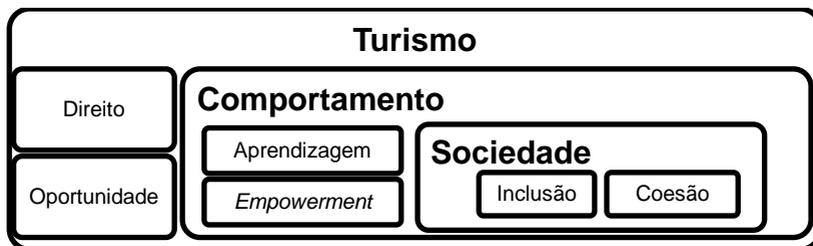


Figura 1 – Relação entre turismo, inclusão e coesão social

Através da Figura 1, compreende-se que o turismo é um direito universal de todos os indivíduos e, simultaneamente, uma oportunidade de ativação do seu processo de mudança, como instrumento de aprendizagem e *empowerment* que, por sua vez, providencia uma base de inclusão e coesão social.

O turismo social funciona, então, como um modelo de gestão turística alicerçado na socialização dos sujeitos e da possível constituição de redes sociais, tendo em vista a mudança de mentalidades e comportamentos, quer dos participantes, quer das comunidades acolhedoras e stakeholders locais. Para os participantes, a atividade turística é claramente um meio de promoção da qualidade de vida, fomentando a sensibilização, aceitação, respeito e inclusão plena em sociedade. Para as comunidades recetoras e stakeholders locais, para além da sensibilização e potencial alteração de mentalidades no sentido da coesão social, é, igualmente, uma possibilidade de estímulo à economia local e de marketing do destino, já que oferece uma oportunidade de diferenciação e competitividade, dando resposta às

mais recentes tendências de mercado assentes na responsabilidade social.

Deste modo, urge desenvolver políticas sociais de inclusão de forma integrada e num prisma de coesão social, combatendo situações de caridade fortuita ou de mecanismos de ajuda marginalizantes. Crê-se que o turismo social poderá assumir um papel preponderante na integração destas políticas de inclusão e coesão social, contribuindo para a sua eficiência e para a maximização dos seus benefícios para a sociedade (Lima, 2014).

Por estes motivos, é possível concluir que o turismo poderá ter um papel preponderante na dinamização de um ciclo virtuoso de inclusão e coesão social das sociedades modernas, sendo essencial, despoletar metodologias de investigação, adequação, integração e implementação de programas turísticos acessíveis a todos.

Capital humano versus capital social – duas realidades para um turismo inclusivo

O objetivo deste ponto, do presente artigo, é procurar evidenciar a importância do conceito de Capital Social apontando para as diferenças estruturantes com Capital Humano, face à importância que o turismo passou a ter no desenvolvimento dos territórios e no relançamento da economia.

Durante a 2.^a metade do séc. XX, período de afirmação do setor turístico no espaço europeu, foram-se esgrimindo, entre empresários do setor e investigadores/entidades tutelares, inúmeras tendências sobre a necessidade de formação específica de recursos humanos. Os primeiros conformados com a inexistência de formação, alimentavam esse registo, receosos de se confrontarem com uma subida de custos de mão-de-obra. Os segundos, confrontados com a emergência de investigação aplicada e de *best practices*, cada vez mais difundidas em alguns países, incentivavam os governos para a criação de formação e graduação, crenças de ser a única via para se poder alcançar um maior desenvolvimento e níveis de qualidade crescentes.

Segundo Schultz (1972, pp. 22) o «Capital Humano inclui elementos qualitativos, tais como a habilidade, os conhecimentos e atributos similares que influenciam a capacidade individual na realização do trabalho produtivo; os investimentos aplicados na melhoria das capacidades deverão ter efeito no aumento da produtividade do trabalho e produzirão um tipo de rendimento positivo». É, pois, deste conceito de capital humano que se retira a

ideia de que os seres humanos são entendidos como fatores de produção e a partir do qual se delineou o conceito de “recursos humanos”, durante os anos oitenta do século XX. Esta perspetiva teórica baseava-se na estreita relação que deveria existir entre indivíduos (como membros integrantes) e organizações. Todas estas relações se combinavam no sentido de se afirmarem como novas técnicas de gestão, que incluíam aspetos até então secundarizados, tais como: motivação, liderança, comunicação formação e desenvolvimento.

É nos anos noventa do século XX, em plena crise turística motivada por um *boom* da procura, para a qual a oferta não se encontrava devidamente preparada, que se reconhece a importância do turismo para a sociedade e economia nacional, como impulsionador do PIB, gerador de empregos e alavanca essencial para atividades complementares (Mazón, 2001). Porém, tal reconhecimento surge a par duma ilação contraditória, face ao impacto esperado do capital humano, já assegurado, sobre o desenvolvimento turístico, mas não reconhecido face aos impactes existentes. Dito de outra forma, não se detetaram os resultados esperados, numa grande parte dos países predominantemente recetores de turistas, com a proliferação dos graduados em turismo e com a maior qualificação do tecido produtivo, como seria expectável.

Face a este dilema contraditório surge um novo conceito que procura dar resposta aos avultados investimentos em curso – o conceito de Capital Social. O Capital Social passa a ser entendido como um mecanismo básico de articulação da sociedade, em que a pertença a determinadas organizações configura uma estrutura/rede social cujas principais funções são: articular todo o tecido económico/social/político nas sociedades/territórios, converter-se num mecanismo propiciador da criação de identidade(s) e de valores; constituir-se como um mecanismo básico para a ação individual e coletiva e ser ainda a via fundamental de acesso a bens e serviços.

Este conceito é introduzido nos finais dos anos 80 em diferentes áreas disciplinares como: a sociologia, a história económica, as ciências políticas e a economia que, dificultando uma noção concertada e comum a todas as disciplinas, aponta porém, consensualmente, para alguns princípios basilares transversais a todas elas, tais como: a existência de redes sociais ativas e interventivas, uma persistente ação coletiva, uma estrutura social

organizada e a confiança na articulação entre diferentes entidades/organizações.

Já Bourdieu, em 1985, definia Capital Social como o conjunto de redes permanentes e de pertença a um grupo, que deverá assegurar aos seus membros uma série de recursos de intervenção contínua, adequada aos diferentes contextos sociais. Neste mesmo sentido, o Banco Mundial, no seu relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, de 1997, enaltece vivamente a importância do Capital Social para o crescimento e desenvolvimento económico, uma vez que favorece o intercâmbio da informação, a coordenação de atividades e a tomada de decisões coletivas. Tal como qualquer outro tipo de capital, o Capital Social é produtivo, já que permite a consecução de determinados objetivos que seriam inatingíveis sem a sua existência.

Assim entendidos estes dois conceitos, aqui abordados, poderemos afirmar que o crescimento económico, que nem sempre se traduz na criação alargada e qualificada de emprego ou em desenvolvimento, se baseia antes em fatores como o Capital Social e numa lógica de mercados e de comunicação/articulação permanentes, entre oferta e procura, suportados em rigorosos princípios de sustentabilidade social/económica/ambiental e até já política.

Tal premissa conclusiva permite-nos, então, ressaltar a ideia defendida por Blaug (1979) de que quando hoje falamos em Capital Humano não estamos já a referir-nos à educação em sentido estrito, mas consideramos igualmente as ações desenvolvidas na mobilidade geográfica das pessoas, na busca de mecanismos que garantam a sua empregabilidade e satisfação com o emprego, no investimento que fazem em si e nos outros permitindo o bem-estar e a inclusão dos pares, nas ações de implementação de desenvolvimento local e comunitário, nas preocupações com saúde e bem-estar bem como na preocupação com ideais de coesão e paz social.

Podemos pois afirmar que é nesta linha argumentativa das teorias relacionadas com o mercado de trabalho que cabe, então, ao Capital Social o importante papel de assegurar o desenvolvimento das relações pessoais e institucionais que através de redes e estruturas permitam uma ação de cooperação para o benefício mútuo e bem-estar alargado como o Turismo Social devidamente abordado e enquadrado neste artigo.

Conclusões

O turismo, sendo um campo de investigação relativamente recente, tem vindo a ser estudado, maioritariamente no âmbito dos seus domínios económicos e ambientais, negligenciando-se a sua importante componente social (Richards, Pritchard & Morgan, 2010). O turismo social, é uma área que apenas nos últimos anos tem sido explorada e investigada, despertando cada vez mais interesse e curiosidade na comunidade científica. Assim, sabendo que o turismo social se apresenta no presente artigo como uma solução ou filosofia de gestão que possibilita a plena participação dos indivíduos mais desfavorecidos em atividades turísticas, observa-se que o domínio social do turismo tem aqui um papel fundamental. Constatase, portanto, a relevância do turismo social como modelo de desenvolvimento turístico e, por esse motivo e simultaneamente, como fator de inclusão e coesão social das sociedades contemporâneas.

Smith e Hughes (1999) afirmam que a pobreza gera constrangimentos com impactes significativos em toda a sociedade, limitando oportunidades de participação e integração das pessoas nos mais diversos quadrantes sociais. Neste contexto, é de notar, e tal como foi discutido neste trabalho, que o conceito de pobreza abarca, não só limitações económicas, mas também sociais, ambientais, culturais ou outras, de acordo com o tipo de sociedade onde se insere o indivíduo. Daí que o reconhecimento do turismo como uma dimensão de grande relevância social, nas sociedades atuais, tenham despertado o interesse pela dinamização de programas turísticos para indivíduos socialmente desfavorecidos. Nesta linha de pensamento, o turismo social poderá apresentar-se como uma solução viável para os problemas associados à exclusão social, facilitando a estes indivíduos oportunidades de participação numa dimensão que caracteriza as sociedades contemporâneas: o turismo.

O turismo social surge, então, como uma tentativa de proporcionar igualdade de acesso em sociedade, integrando objetivos de combate à pobreza e exclusão social, dando resposta a políticas sociais de inclusão e promoção da qualidade de vida dos indivíduos mais desfavorecidos, bem como das comunidades que os acolhem, por meio da alteração de mentalidades e comportamentos.

Destaca-se a aposta que algumas organizações nacionais e internacionais têm realizado no desenvolvimento de programas de turismo social, denunciando o despertar do sector turístico para uma

nova realidade que, todavia, exige reconhecimento e investimento. Estas iniciativas são testemunho da convicção de que o turismo social despoleta benefícios diversos para os destinos, sociedade e turistas, reconhecendo-se a atividade turística como facilitadora do envolvimento de camadas populacionais menos favorecidas em dimensões sociais que, de uma forma genérica, lhes estão vedadas por diversos motivos.

Estes constrangimentos com que se deparam os indivíduos socialmente desfavorecidos ao longo da sua vida, no dia-a-dia e, particularmente, no turismo, são, assim, de variada e diferente ordem, contudo, podem ser vistos como desafios e oportunidades para uma indústria turística em evolução, sensível aos problemas sociais. Neste âmbito, o Estado em conjunto com os responsáveis e prestadores de serviços na área do turismo, tem um papel preponderante na promoção de serviços de suporte a esta população.

No atual quadro de competitividade, cada vez mais apertado, onde o alargamento das oportunidades de participação deste mercado (jovens, famílias carenciadas, idosos e pessoas com incapacidade) pode oferecer um valor adicional e constituir uma mais-valia, servindo claramente de fator diferenciador e distintivo. O turismo tenderá a acompanhar a evolução de mentalidades de um público cada vez mais consciente das problemáticas sociais e exigente ao nível da coesão social. Por seu turno, para a população carenciada, os benefícios do turismo passam pelo seu *empowerment*, ou seja, pelo aumento da sua autonomia e resiliência, pelo seu crescimento pessoal e emocional e pelo aperfeiçoamento das suas capacidades sociais, no sentido da alteração de comportamentos e posturas, tendo em vista a inclusão social.

Em conclusão, prevê-se, portanto, que o turismo social cresça, sedimentando as suas faculdades de gerar benefícios nos indivíduos e sociedades. Neste contexto, aponta-se para que o turismo tenha um papel crescentemente relevante no âmbito da inclusão e coesão social. A inovação social é, portanto, um desafio atual e futuro da atividade turística, devendo, cada vez mais, integrar os modelos de gestão e desenvolvimento de destinos e produtos turísticos, numa perspetiva sustentável e integradora, envolvendo todos os indivíduos. Daí que seja fundamental e pertinente dar continuidade à investigação científica neste âmbito, principalmente, no que concerne à criação de novos e inovadores programas

turísticos de turismo social, estudados de forma detalhada e sistemática, por forma a proporcionar benefícios não só para os indivíduos participantes, mas também, para os destinos e sociedades receptoras.

Referências bibliográficas

Anderson, L.; Schleien, S.; McAvoy, L.; Lais, G.; Seligmann, D. (1997). Creating positive change through an integrated outdoor adventure program. *Therapeutic Recreation Journal*, 31(4), 214-229.

Blaug, M. (1976). The empirical status of human capital theory: A slightly jaundiced survey. *Journal of Economic Literature*, 14, 827-856.

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, C. R. P. G. (2007). Mais Qualidade de Vida para as Pessoas com Deficiências e Incapacidades – Uma Estratégia para Portugal. Gaia: CRPG.

Conselho de Ministros (2014). *Comunicado do Conselho de Ministros de 11 de dezembro de 2014*. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministro-da-presidencia-e-dos-assuntos-parlamentares/documentos-oficiais/20141211-cm-comunicado.aspx>. Consultado em 11/12/2014.

Dixon, C. (2007). *Perceptions of disability: A shift of paradigm*. Lyon: Basic Introduction Training. Handicap International.

EESC - European Economic and Social Committee (2006). *Opinion of the European Economic and Social Committee on Social Tourism in Europe*. Brussels: EESC.

Gignac, M.; Cott, C. (1998). A conceptual model of independence and dependence for adults with disabilities. *Social Science & Medicine Journal*, 47(6), 739-753.

Gilbert, D.; Abdullah, J. (2004). Holidaytaking and the sense of well-being. *Annals of Tourism Research*, 31(1), 103-121.

Gladwell, N. J.; Bedini, L. A. (2004). In search of lost leisure: The impact of caregiving on leisure travel. *Tourism Management*, 25, 685-693.

Goodwin, D.; Peco, J.; Ginther, N. (2009). Hiking excursions for persons with disabilities: Experiences of interdependence. *Therapeutic Recreation Journal*, First Quarter 2009. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3903/is_200901/ai_n31964286/?tag=content;col1. Consultado em 23/06/2014.

Henderson, K.; Bialeschki, M. (2005). Leisure and active lifestyles: Research reflections. *Leisure Sciences*, 27, 355-365.

Hood, C.; Carruthers, C. (2007). Enhancing leisure experience and developing resources: The leisure and well-being model. *Therapeutic Recreation Journal*, Fourth Quarter 2007. Disponível em http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3903/is_200901/ai_n31964286/?tag=content;col1. Consultado em 03/05/2014.

International Social Tourism Organization, ISTO (2016). What is social tourism? Disponível em: <http://www.oits-isto.org/oits/public/section.jsf?id=39> Consultado em 13/12/2014.

Lima, J. (2015). *Turismo em família: A importância do turismo para famílias economicamente carenciadas*. Tese de Doutoramento. Universidade de Aveiro.

Lima, J.; Eusébio, M. C.; Varum, C. A. (2010). *O turismo social como ferramenta de aprendizagem e de inclusão: o caso das famílias de baixos rendimentos*. In Abranja, N.; Marques, A.; Coelho, F. & Carneiro, I. (Coords.), *Turismo Acessível: Estudos e Experiências*, 129-152. Edições Pedago/ISCE.

Lima, J.; Eusébio, C.; Amorim Varum, C. (2014). Turismo social para famílias: benefícios e iniciativas. In Costa, C.; Brandão, F.; Costa, R. & Breda, Z. (Coords.), *Produtos e Competitividade do Turismo na Lusofonia*, vol.II, cap.25, 317-331. Lisboa: Escolar Editora.

Lima, J.; Eusébio, M. C.; Amorim Varum, C. (2011). O combate à exclusão social através de Programas de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas. In Book of Proceedings of the 1st International Conference on Tourism & Management Studies – Algarve 2011, vol. 1, 656-668.

Lobozewicz, T. (1995). *Influence of tourism and recreation on restoring people with special needs to psycho-psychical efficiency*. In Progress in tourism of people with special needs, 254-260. Polonia: Studio Wydawnicze AGAT.

Loeffler, T. (2004). A photo elicitation study of the meanings of outdoor adventure pursuits. *Journal of Leisure Research*, 36, 536-556.

Mazón, T.; Aledo, A. (2005) El dilema del turismo residencial: turismo o desarrollo inmobiliario? In *Turismo residencial y cambio social: Nuevas perspectivas teóricas y empíricas*. Alicante: Editorial Aguacilar.

Mathieson, A.; Wall, G. (1990) *Tourism: Economic, physical and social impacts*. London: Logman Scientific & Technical.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, M. T. S. S. (2006). 1º Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade. Lisboa: MTSS.

Minnaert, L.; Maitland, R.; Miller, G. (2009). Tourism and social policy - The value of social tourism. *Annals of Tourism Research*. 36(2), 316-334.

Minnaert, L.; Maitland, R.; Miller, G. (2011). What is social tourism? *Current Issues in Tourism*. 14(5), 403-415.

Nossa, P. (2008). Linhas de Investigação Contemporâneas na Geografia da Saúde e a Noção Holística de Saúde. In C. Barcellos (Coord.), *A Geografia e o Contexto dos Problemas de Saúde* (Vol. Saúde & Movimento). Rio de Janeiro: ABRASCO, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Colectiva.

Organização das Nações Unidas, ONU (2011). <http://www.un.org/esa/population/publications/WPP2011/Introduction.htm>. Consultado em 02/12/2015.

Organização Mundial de Saúde, O. M. S. (2011). *World report on disability*. Geneva: World Health Organization.

Przeclawski, K. (1995). Tourism and its role to people with special needs. In *Progress in tourism of people with special needs*, 245-248. Polonia: Studio Wydawnicze AGAT.

Richards, V.; Pritchard, A.; Morgan, N. (2010). (Re)Envisioning tourism and visual impairment. *Annals of Tourism Research*, 37(4), 1097-1116.

Saunders, P.; Adelman, L. (2006). Income poverty, deprivation and exclusion: A comparative study of Australia and Britain. *Journal of Social Policy*, 35(4), 559-584.

Shaw, G.; Coles, T. (2004). Disability, holiday making and the tourism industry in the UK: A preliminary survey. *Tourism Management*, 25(3), 397-403.

Smith, V.; Hughes, H. (1999). Disadvantaged families and the meaning of the holiday. *International Journal of Tourism Research*, 1(3), 123-133.

Sousa, L.; Hespanha, P.; Rodrigues, S.; Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: Desafios à intervenção*. Lisboa: Climepsi editores.

Standard & Poor's (2014). *Economic Research: How Increasing Income Inequality Is Dampening U.S. Economic Growth, And Possible Ways To Change The Tide*. Disponível em https://www.globalcreditportal.com/ratingsdirect/renderArticle.do?articleId=1351366&SctArtId=255732&from=CM&nsl_code=LIME&sourceObjectId=8741033&sourceRevId=1&fee_ind=N&exp_date=20240804-19:41:13.

Consultado em 05/08/2014

Schultz, T. (1972). Investment in Human Capital. *American Economic Review*, 51, 415-430.

UNESCO (1998). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO - Brasil.

¹ ***Tourism as a factor of inclusion and social cohesion***

Recebido: 11/04/2016; Aceite: 20/05/2016

² Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra (Portugal).
Doutora.

Email: adilia@esec.pt

³ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra (Portugal).
Doutora.

Email: andreiamoura@esec.pt